



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

2000

Nº 2559

LEIS	PÁG. 01
DECRETOS	PÁG. 01
DESPACHOS	PÁG. 05
EXTRATOS	PÁG. 05
RESOLUÇÃO	PÁG. 06

LEIS

LEI Nº 8006, DE 03 DE JULHO DE 2000.

"Revoga as disposições da Lei Municipal nº 7.861, de 23 de dezembro de 1998".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam revogadas as disposições contidas na Lei Municipal nº 7.861, de 23 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.237, de 29 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de julho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário do Governo Municipal

Luiz Antônio Aires da Silva
Araken Reis
José Eduardo Álvares Dumont
César Luís Garcia
Jorge Antonio Taleb
Jônathas Silva
Elias Rassi Neto
Elir José de Souza
Idamar Alves de Lima
José Guilherme Schwan
Uassy Gomes da Silva
Humberto Pereira Rocha
Diógenes Cardozo Teixeira

LEI COMPLEMENTAR Nº 094, DE 03 DE JULHO DE 2000.

"Dá nova redação à alínea "g", do artigo 162, da Lei Complementar nº 014, de 29 de dezembro de 1992, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - A alínea "g", do artigo 162, da Lei Complementar nº 014, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"g - documento contendo a declaração expressa de assentimento do proprietário ou proprietários dos imóveis fronteiros ao logradouro sobre o qual se pretende a autorização de uso ou utilização."

Parágrafo Único - Em decorrência da disposição constante do artigo anterior, fica acrescida ao artigo 162, da Lei Complementar nº 014, de 29 de dezembro de 1992, a alínea "h", com a seguinte redação:

"h - outros documentos julgados necessários".

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de julho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário do Governo Municipal

Luiz Antônio Aires da Silva
Araken Reis
José Eduardo Álvares Dumont
César Luís Garcia
Jorge Antonio Taleb
Jônathas Silva
Elias Rassi Neto
Elir José de Souza
Idamar Alves de Lima
José Guilherme Schwan
Uassy Gomes da Silva
Humberto Pereira Rocha
Diógenes Cardoso Teixeira

DECRETO Nº 1108, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 1.505.119-1/99, RESOLVE, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 7.089, de 02 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.399, de 23 de dezembro de 1994, nomear o pessoal abaixo relacionado para, em caráter efetivo, exercer o cargo de Profissional de Educação III - Pedagogo Regente, do Quadro de Pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir desta data:

303 MARINA SPINOLA SOARES
304 AUREA DIVINA LINO DE SOUSA
305 LAURA GONDIM
306 MARIA REIDA PEREIRA
307 THAIS CHRISTINA BORGES
308 ELAINE ROURE DE AGUIAR
309 SORAYA MIRANDA MUNIZ
310 MARCIA FERREIRA COSTA
311 NARA PASSOS TEODORO
312 JOSSIMA NERI BONFIM
313 ISABELLA FERNANDES GUIMARÃES
314 SILVIA REZENDE ROSA
315 SELVITA MARIA DE PAULA
316 VERA LUCIA BARBOSA
317 KATIA REGINA ALMEIDA DE SOUSA
318 ISIS APARECIDA SALES DE SOUSA
319 AMENAIR CARVALHO MOREIRA DUARTE
320 ANA PAULA FERREIRA RINCON AZEVEDO
321 ALESSANDRA MACEDO DE BRITO
322 GISELMA SALES GUIMARÃES MARINHO
323 JANETE DA CONCEIÇÃO AGUIAR
324 DAYANNA CRISTINE GOMES ROSA
325 MARLI HELENA DE FARIA
326 LUCELLE MARA DO NASCIMENTO ANDRADE
327 DARLIETE SILVA RIBEIRO
328 ANDREIA REZENDE DE ANDRADE LIMA
329 OLCIAR FERREIRA GOMES
330 SANDRA PEREIRA DA ROCHA

331 CARLA POVOA SEABRA
 332 DIVINA SILVA DE CASTRO
 333 DENISE ASSIS FLEURY CURADO
 334 MARIA MARLI DA SILVA ALMEIDA
 335 GISELE MENDES
 336 ALTAMIRO GOMES GUIMARÃES NETO
 337 MICHELLE DE URZEDA REIS
 338 GIZELY MARTINS DOMICIANO SILVA
 339 ABADIA ARCIONE FERREIRA AVELAR
 340 SONIA FATIMA SOUZA DE MELO
 341 LETICIA MARA PARO
 342 ANDREA MATHIAS DE SIMONE
 343 BLANDINA ABADIA MUNIZ MACHADO
 344 JOSÉ MARCOS RODRIGUES DE SOUZA
 345 ABGAIL RODRIGUES LINHARES REZENDE
 346 LIVIA RODRIGUES CORREA
 347 ANA LUCIA DANTAS VIANNA
 348 ELIENE SOARES CARDOSO
 349 SILVIA REJANE BERNARDES CESAR DE AGUIAR
 350 CRISTINA CARLA BARBOSA SILVA
 351 VERA LUCIA DE OLIVEIRA ALMEIDA
 352 NORMA SUELY DE SOUZA BALEEIRO
 353 MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SOUSA
 354 MARIA HELENA DE ALMEIDA ALVES
 355 GLADES MARIA DE JESUS DA SILVA
 356 MARLUCE FERREIRA DE ASSIS
 357 VALDIR RODRIGUES
 358 ANDREIA LUCIA CARNEIRO DE ANDRADE
 359 MIRIAM MELO DE PINA
 360 ANDREA DE SOUZA FRANCA
 361 MARIA DA PENHA VIEIRA QUEIROZ
 362 JOANA COELHO DE BRITO
 363 ROSIMEIRE DIAS ROSA
 364 ELZENE BISPO DA SILVA
 365 YARA MOREIRA BASTOS NOGUEIRA
 366 MIRIAM CARNEIRO RODRIGUES
 367 EDNA SILVA DE SOUZA
 368 DEYKLA CRISTINE ABADIA DE LIMA
 369 ELIANIA GONÇALVES DA SILVA E SOUZA
 370 FLAVIA HELENA DE QUEIROZ
 371 CATARINA MIRIAN VIEIRA PAIVA
 372 NILVA RODRIGUES DA SILVA
 373 ROSANGELA DAS GRAÇAS FERREIRA MACIEL
 374 EMANOELA FERNANDES SIQUEIRA
 375 JANAINA SILVA ABUD RIGONATTO
 376 CLAUDIA DA MATA SILVA
 377 DORY EDSON DE FARIA SUDRE
 378 ANDREA DIVINA MAZZOCANTE
 379 MARIA DE FATIMA DA SILVA PINTO
 380 NIVAIR DE LIMA
 381 MARCIA CRISTINA DE CARVALHO SANTANA PEDROSO

382 ADRIANE CARVALHO
 383 DENISE RODRIGUES RIBEIRO MACIEL
 384 CATARINA APARECIDA DE MELO SOUSA
 385 ANALIA VIEIRA DE SOUSA SPINDOLA
 386 CLARISLENE PAULA DOMINGOS
 387 MIRELA AUGUSTA LINO NETO
 388 ANGELA MERCEDES MENDES DE QUEIROZ
 389 INERIVONE MARTINS SOARES DE OLIVEIRA
 390 ELIANE SOUZA MATOS
 391 VALDIRENE ALVES DE OLIVEIRA
 392 TERESINHA GISELE DANTAS DE OLIVEIRA LIMA
 393 DIVINA CONSUELO DA SILVA NUNES
 394 SONIA SUARES RODRIGUES
 395 SIMONE DA CUNHA PORTO
 396 DILENA CANDIDA FONSECA
 397 VIVIAN LIGIA RODRIGUES DOS SANTOS
 398 MARTA MEIRE PIRES VILELA
 399 HELENARA VANICE DE MACEDO
 400 ZENAIDE CANDIDA PEREIRA DAS NEVES
 401 SILVIA XAVIER DO NASCIMENTO
 402 VANIA CRISTINA MACHADO
 403 SILVIA CRISTINA ALVES BENEVIDES SOARES
 404 MARIA DIVINA INACIO BORGES OLIVEIRA
 405 HELAINE SOUZA CAMAROTTO
 406 LUCIANA NEVES RIBEIRO
 407 MARILEIDE RIBEIRO CASTANHEIRA DA MOTA
 408 ANA CRISTINA FERREIRA CAVALCANTI
 409 JUREMA PARREAO MENEZES MACEDO
 410 SANI CLAUDIA ELIAS PANIAGO
 411 RITA CONCEIÇÃO CARRIJO
 412 CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS
 413 ODGENI BATISTA MARQUES SILVA
 414 MARIA NILDA LEMES
 415 SANDRA MARCIA DE PAULA
 416 REGINA MAXIMO PEREIRA
 417 JOSEFA ELIANE FERNANDES PAIVA

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA,
 aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
 PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1190, DE 27 DE JUNHO
 DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de
 suas atribuições legais, à vista do conti-

do no Processo nº 1.533.023-8/2000; e,
 nos termos do artigo 142, inciso XVII, da
 Lei Complementar nº 011, de 11 de maio
 de 1992 - Estatuto dos Servidores Públi-
 cos Municipais de Goiânia, RESOLVE
 demitir, por abandono de cargo, o servi-
 dor DAVID SEGURADO CABRAL (matri-
 cula 83569-1), Profissional de Educação
 III, Padrão "C", lotado na Secretaria Muni-
 cipal de Cultura, com retroação de efei-
 tos a 31 de dezembro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA,
 aos 27 dias do mês de junho de
 2000.

Nion Albernaz
 PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1208, DE 27 DE JUNHO
 DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso
 de suas atribuições legais e à vista do
 disposto na Lei nº 7.747, de 13 de no-
 vembro de 1997, RESOLVE nomear
 OLIER ALVES VIEIRA para exercer o car-
 go, em comissão, de Secretário do Go-
 verno Municipal, símbolo DAS-6, a partir
 de 04 de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA,
 aos 27 dias do mês de junho de 2000.

NION ALBERNAZ
 Prefeito de Goiânia

DECRETO Nº 1210, DE 27 DE JUNHO
 DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de
 suas atribuições legais, RESOLVE cessar,
 a partir de 04 de julho de 2000, os efeitos
 do Decreto nº 951, de 30 de maio de 2000,
 que nomeou, interinamente, JAIRO DA
 CUNHA BASTOS para exercer o cargo, em
 comissão, de Secretário do Governo Muni-
 cipal, permanecendo o mesmo no cargo
 anteriormente nomeado de Coordenador
 Superior, símbolo DS-1.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei Nº 1.552, de 21/08/1959

NION ALBERNAZ
 Prefeito de Goiânia
OLIER ALVES VIEIRA
 Secretário do Governo Municipal
JOÃO VICENTE CAMPOS DE CARVALHO
 Editor do Diário Oficial do Município

Tiragem - 250 exemplares
 Endereço: PALÁCIO DAS CAMPINAS
 Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira
 Nº 105 - Centro
 Fone: 224-5666 (Ramal 144) - Fax: (062) 224-5511
 Atendimento: das 08:00 às 18:00 horas

A - Atas, Balanços, Editais, Avisos, Tomadas de Preços, Concorrências
 Públicas, Extratos Contratuais e outras.
 B - Assinaturas e Avulso

b.1 - Assinatura semestral s/remessas 36,00
 b.2 - Assinatura semestral c/ remessas 40,00
 b.3 - Avulso 0,50
 b.4 - Publicação 1,50

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

DECRETO Nº 1221, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do conteúdo na Comunicação Externa nº 150/2000, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, RESOLVE, nos termos do artigo 52, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, redistribuir a servidora AGOSTINHA RODRIGUES DIAS, Agente de Serviços Sociais II, Referência B, Padrão "AO4", (matrícula 108430-1), da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1222, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do conteúdo na Comunicação Externa nº 151/2000, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, RESOLVE, nos termos do artigo 52, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, redistribuir a servidora ANA LEMES DA SILVA SANTOS, Auxiliar de Apoio Administrativo II, Referência F, Padrão "AO2", (matrícula 101095-1), da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de agosto de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1223, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do conteúdo na Comunicação Externa nº 154/

2000, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, RESOLVE, nos termos do artigo 52, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, redistribuir a servidora HELOISA HELENA MOREIRA DA SILVA, Agente de Serviços Sociais II, Referência A, Padrão "AO5", (matrícula 0105180-1), da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, para a Secretaria Municipal de Cultura/Biblioteca Cora Coralina, a partir de 1º de agosto de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1224, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto na Lei nº 7.747, de 13 de novembro, de 1997, RESOLVE exonerar NORMALICE MARIA DE QUEIROZ do cargo, em comissão, de Diretora do Departamento de Desenvolvimento Ambiental - símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1225, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto na Lei nº 7.448, de 11, de julho de 1995, RESOLVE exonerar, a pedido, WELZO AVELINO DE ARAÚJO (matrícula 336599), do cargo, em comissão, de Coordenador 3, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a partir de 28 de junho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1226, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar TATIELLE PEREIRA DA SILVA (matrícula 461237-1), do cargo, em comissão, de Oficial de Gabinete, símbolo DAI - 2, com lotação junto à Secretaria Municipal de Fiscalização Urbana, e nomear FABRÍCIA BORGES DE SOUSA para exercer o mesmo cargo, mantida a lotação, a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1227, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar ROSEMARY SILVA NUNES do cargo de confiança de Diretora da Escola Municipal Jardim Atlântico, símbolo DAI-4, da Secretaria Municipal de Educação, e nomear NERMI MIRANDA DE BARROS para exercer o mesmo cargo, mantida a lotação, tudo a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1228, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar GERALDA CANDIDO (matrícula 275808-2), do cargo, em comissão, de Auxiliar de Execução 2, símbolo FG - 2, com lotação junto à Secretaria Municipal de Saúde, e nomear CÉLIA ISABEL DA SILVA (matrícula 212520-1), para exercer o mesmo cargo, mantida a lotação, tudo a partir de 1º de agosto de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1229, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar JOÃO FORTUNA DA COSTA do cargo, em comissão, de Coordenador 3, símbolo CC-3, com lotação junto à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, e nomear WEDER LINO DE ARAÚJO para exercer o mesmo cargo, mantida a lotação, tudo a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1230, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Processo nº 1.589.867-4/2000, RESOLVE exonerar, a pedido, MARIA LUCIMAR DIAS (matrícula 222704-2), do cargo, em comissão, de Auxiliar de Execução 2, símbolo FG-2, com lotação junto à Secretaria Municipal de Saúde, com retroação de efeitos a 21 de abril de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1231, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 1.598.322-1/2000, RESOLVE exonerar, a pedido, VILANI OLIVEIRA MENDES (matrícula nº 471984), do cargo de Profissional de Educação III, Padrão "C", do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com retroação de efeitos a 21 de abril de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1232, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista o disposto na Lei nº 8.005, de 27 de junho de 2000, RESOLVE exonerar REGINA FLORA NUNES MEDEIROS do cargo, em comissão, de Gerente da Central de Atendimento ao Público - Vila Nova, símbolo DAS - 2, da Secretaria Municipal de Finanças, e nomeá-la para Gerente da Central de Atendimento ao Público - Serrinha, símbolo DAS-2, a partir de 27 de junho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1233, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA no uso de suas atribuições legais e à vista o disposto na Lei nº 7.747, de 13 de novembro de 1997, RESOLVE exonerar ÍRIS DA GRAÇA VIEIRA do cargo, em comissão, de Gerente de Central de Atendimento ao Público - Campinas, símbolo DAS-2, da Secretaria Municipal de Finanças, e nomeá-la para Gerente da Central de Atendimento ao Público - Vila Nova, símbolo DAS-2, a partir de 27 de junho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1234, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista o disposto na Lei nº 7.747, de 13 de novembro de 1997, RESOLVE nomear IVANY ROSA DE OLIVEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Gerente de Central de Atendimento ao Público - Campinas, símbolo DAS - 2, da Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 27 de junho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1235, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar MARIA CLEMENTINA DA PAIXÃO do cargo, em comissão, de Auxiliar de Execução 1, símbolo FG-1, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, e nomear CLEIDE DAS GRACAS MUNIZ BARBOSA para exercer o mesmo cargo, mantida a lotação, tudo a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1236, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS GONZAGA (matrícula 198420-1) do cargo, em comissão, de Coordenador-3, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a partir de 1º de junho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1237, DE 27 DE JUNHO DE 2000.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, à vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE nomear MARIA CLEMENTINA DA PAIXÃO para exercer o cargo, em comissão, de Coordenador-3, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a partir de 1º de julho de 2000.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de junho de 2000.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário do Governo Municipal

PROCESSO Nº: 15402032/2000
INTERESSADO: João Batista Divino da Silva
ASSUNTO: Assuntos não Classificados

DESPACHO Nº 320/2000 - À vista do contido nos autos, RESOLVO, nos termos do artigo 115, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, autorizar a celebração de termo de acordo para pagamento da indenização a João Batista Divino da Silva, proprietário do veículo Monza SL/E EFI, placa KCL-5509, ano 93, cor azul, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para elaboração do respectivo termo.

Em seguida, à Secretaria Municipal de Finanças, para o pagamento devido.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de julho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

PROCESSO Nº: 15725583/2000
INTERESSADO: TV Serra Dourada
ASSUNTO: Dispensa

DESPACHO Nº 321/2000 - À vista do pleito inicial, RESOLVO, nos termos do artigo 115, XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e com base no artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, autorizar a realização da presente despesa, no valor estimativo de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para pagamento à TV SERRA DOURADA LTDA - RADIO-DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO ABC LTDA, para divulgação de campanhas educativas, orientação comunitária, datas comemorativas, matérias de interesse desta municipalidade em caráter informativo ou em conformidade com os programas das Secretarias, durante o período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2000, ficando expressamente revogado o Despacho nº 194, de 08 de maio de 2000.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para elaboração de instrumento próprio de contrato e, em seguida, à Secretaria Municipal de Comunicação, para emissão da respectiva nota de empenho. Após, submeta-se à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de julho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

PROCESSO Nº: 15735724/2000
INTERESSADO: SMARH
ASSUNTO: Aquisição

DESPACHO Nº 322/2000 - À vista do inteiro teor deste processado, RESOLVO, nos termos do artigo 115, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, autorizar a contratação da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, para o fornecimento de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) litros de gasolina automotiva, 50.000 (cinquenta mil) litros de álcool hidratado e 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) litros de óleo diesel, durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir de julho de 2000, ou até a entrega total dos produtos, no valor global de R\$ 3.143.550,00 (três milhões, cento e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais), diretamente para a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para os fins.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de julho de 2000.

Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.538.262-7/00.
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: MATERNIDADE E HOSPITAL DOM BOSCO LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.538.254-6/00.
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: HOSPITAL ORTOPÉDICO DE GOIÂNIA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.550.021-2/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: HOSPITAL SANTA CATARINA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.553.774-4/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CLÍNICA DE REPOUSO DE GOIÂNIA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.538.236-8/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 1.547.378-9/00.
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: COT CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.538.241-4/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: MATERNIDADE E HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.538.221-0/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: PRONTO SOCORRO INFANTIL DE GOIÂNIA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.565.775-8/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CLÍNICA SANTA PAULA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.556.295-1/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CLÍNICA INFANTIL DE CAMPINAS LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.538.243-1/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CLÍNICA JARDIM AMÉRICA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.559.019-0/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: WALTER MASSI.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.549.315-1/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CLÍNICA DE REPOUSO BOM JESUS LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.553.090-1/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CEMPRE III - CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 1.558.153-1/00
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: PRONTO CLÍNICA DE OLHOS LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALARES E/OU AMBULATORIAIS E/OU DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO.
VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002150.1375.020.2.092.3132.00.20 - SIA/SUS.
DATA: 01/02/00.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA

Resolução nº 008/00 - Goiânia, 29 de maio de 2000.

O plenário do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia, em suas 9ª e 10ª Reuniões Extraordinárias, realizadas nos dias 10/05 e 17/05/00 no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Decreto nº 1.426 de 14/11/91, alterado pelo Decreto nº 2.486 de 11/11/93 e ainda, regulamentado pela Lei Federal nº 8.142 de 28/12/90,

Resolve:

Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se às disposições em contrário.

Mauro Rubem de Menezes Jonas
Presidente

Walderez Loureiro Miguel
Coordenadora

Diná de Jesus Teixeira
1ª Secretária

Adonias Lemes Prado Júnior
2º Secretário

Homologo esta resolução em 04/07/2000, nos termos do inciso 2º do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28/12/90.
Gestor Municipal.

Dr. Elias Rassi Neto
Secretário

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O presente Regimento Inter-

no dispõe sobre a natureza, finalidade, competências, organização do colegiado e administrativa do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia. Instituído pelo Decreto nº 1426 de 14/11/91, alterado pelo Decreto 2486 de 11/11/93 e regulamentado pela Lei Federal nº 8142 de 28/11/90.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde de Goiânia é um órgão colegiado de composição paritária, parte integrante do Sistema Único de Saúde, de caráter permanente, deliberativo, fiscalizador, consultivo, co-responsável pela elaboração da política municipal de Saúde, com a finalidade de exercer o controle social sobre as ações e serviços de Saúde de qualquer natureza, bem como, os aspectos econômicos, financeiros e Recursos Humanos do Município de Goiânia.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

I - Definir as propriedades de Saúde no âmbito do Município, de acordo com o perfil epidemiológico e seus agravos à Saúde da população;

II - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (Lei 8.080);

III - Criar, coordenar e supervisionar Comissões intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de trabalho, integrados pelos ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil (art. 12 e 13 da Lei nº 8.080/90);

IV - Acompanhar a execução e aprovar os critérios para o repasse de recursos às unidades de Saúde do Município e as outras instituições e respectivo cronograma.

V - Atuar na formação e controle da execução da política de Saúde, incluídos de seus aspectos econômicos, financeiros e gerência técnico-administrativa;

VI - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Saúde do SUS prestados à população pelos órgãos e entidades públicas, privadas e filantrópicas;

VII - Aprovar e autorizar a celebração de contratos e convênios entre o setor público, filantrópicas e entidades privadas de Saúde no que refere à prestação de serviços de Saúde;

VIII - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares;

IX - Articular-se com a Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Escolas privadas, bem como, as Universidades quanto a inserção, acompanhamento e supervisão de conteúdos de Saúde no currículo escolar, no que concerne à caracterização das necessidades sociais;

X - Estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível nacional, estadual e municipal;

XII - Estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde, fortalecendo a efetização dos Conselhos locais e acompanhando seu processo eleitoral;

XIII - Convocar as Plenárias semestrais dos CLS previstas em resolução da II Conferência Municipal de Saúde;

XIV - Co-participar da elaboração e aprovar os planos de Saúde, adequando-os às diversas realidades epidemiológicas e à capacidade/potencialidade organizacional dos serviços;

XV - Propor a adoção de critérios que definam qualidade e melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos tecnológicos na área;

XVI - Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento Sistema Único de Saúde - SUS;

XVII - Examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes à ações e serviços de Saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Colegiado.

XVIII - Controlar e fiscalizar a movimentação de recursos financeiros transferidos à Secretaria de Saúde e/ou ao fundo de Saúde;

XIX - Propor critérios para a programação e para as execuções financeira e orçamentária dos fundos de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação de recursos;

XX - Estabelecer critérios e diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de Saúde públicos, filantrópicos e privados, no âmbito do SUS;

XXI - Estimular, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre os assuntos e temas na área de Saúde, de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde;

XXII - Analisar e dar pareceres sobre as matérias que lhes forem encaminhadas pelo secretário Municipal de Saúde, bem como pelos Conselheiros, cidadãos e sociedade civil organizada;

XXIII - Apresentar anualmente, o relatório de atividades à comissão de Saúde da Câmara Municipal, ao gestor municipal e a sociedade civil organizada;

XXIV - Avaliar, controlar e acompanhar a efetiva municipalização das ações de Saúde pública, bem como deliberar sobre os acordos de cessão dos bens públicos estaduais cedidos em regime de comodato;

XXV - Desenvolver gestões junto aos poderes executivo e judiciário, no sentido de garantir a aplicação dos recursos

suficientes para o pleno funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS/GO;

XXVI - Propor, participar e coordenar capacitação de conselheiros de Saúde;

XXVII - Articular-se e estabelecer parceria com outros Conselhos de política sociais, bem como, Órgãos afins relativo à saúde pública do município.

XXVIII - Outras atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica da Saúde as conferências Nacional, Estadual e Municipal de Saúde;

XXIX - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XXX - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XXXI - Deliberar no âmbito de suas competências casos omissos neste Regimento Interno;

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

I - Plenário

II - Mesa Diretora

III - Comissões e Grupos de Trabalho

SEÇÃO I PLENÁRIO

Art. 5º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos estabelecidos neste Regimento (Art. 1º, § 5º da Lei 8.142).

Art. 6º - Aos Conselheiros compete:

I - Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo Plenário em reuniões Ordinárias e Extraordinárias;

II - Comparecer às reuniões Ordinárias, Extraordinárias, quando convocadas e participar de Comissões ou Grupos de Trabalho, relatando processos, proferindo voto, elaborando relatórios, dando pareceres e manifestando-se a respeito das matérias em discussão;

III - Requerer votação em regime de urgência;

IV - Desempenhar outras atribuições que lhes forem atribuídas pela Mesa Diretora, em Reuniões, Ordinária ou Extraordinária;

V - Propor a criação de Comissões;

VI - Deliberar sobre os pareceres emitidos pelas Comissões;

VII - Apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse para a Saúde;

VIII - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao CMS em Plenário;

IX - Coordenar os trabalhos das reuniões na ausência dos componentes da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento;

X - O titular impedido de comparecer às sessões ordinária e extraordinária deverá contactar seu respectivo suplente, com devida antecedência;

XI - Apurar as denúncias e cumprir determinações junto às investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho, apresentando relatório da missão;

XII - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

XIII - Construir e realizar o perfil duplo do conselheiro - de representação dos interesses específicos do seu segmento ou governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão colegiado, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária dos serviços de Saúde do SUS.

SEÇÃO II MESA DIRETORA

Art. 7º - O Conselho Municipal de Saúde será dirigido por Mesa Diretora composta por:

Presidente
Coordenador Geral
1º Secretário
2º Secretário

I - A Mesa Diretora do CMS será eleita entre seus pares na primeira reunião ordinária para o mandato de um ano, não sendo permitido recondução durante o mesmo mandato.

II - A Mesa Diretora terá direito a voto nominal bem como, a prerrogativa de deliberar ad referendum do Plenário, submetendo-o seu ato a ratificação deste na reunião subsequente.

PRESIDENTE

Art. 8º - O Presidente é o representante legal do CMS, nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe, juntamente com a Mesa, coordenar as atividades do CMS e fazer cumprir este Regimento.

Parágrafo Único - Quando o presidente se omitir ou exorbitar das suas funções que lhe são atribuídos neste Regimento, qualquer conselheiro poderá reclamar sobre o fato, recorrendo do ato ao plenário.

COORDENADOR (A) GERAL

Art. 9º - Ao Coordenador Geral compete: orientar, supervisionar e coordenar a execução das atividades do CMS, conforme decisões, orientações e deliberações do Plenário e dar assistência às comissões, auxiliar a presidência na inspeção dos serviços administrativos do Conselho Municipal de Saúde.

I - promover condições necessárias para que as comissões e Grupos de Tra-

balho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudo, pesquisa, proposta, normas e tecnologias.

II - Coordenar as reuniões Plenárias do CMS de Goiânia.

III - Criar mecanismos para por em prática as deliberações e emanadas das reuniões Plenárias.

1º SECRETÁRIO (A)

Art. 10 - Compete ao Secretário (a):

- a) constar a presença dos conselheiros ao abrir as reuniões Plenárias e demais, confirmando a presença em livro.
- b) Ler a ata e o expediente;
- c) Fazer inscrição dos oradores
- d) Fazer a chamada dos conselheiros nas ocasiões determinadas;
- e) Instalar comissões;
- f) Presidir as reuniões, nas ausências do presidente e do coordenador;
- g) Secretariar as reuniões e promover as medidas destinadas ao cumprimento das ações e deliberações do Plenário.
- h) Assinar com o presidente e o coordenador geral os atos da Mesa Diretora.

2º SECRETÁRIO (A)

Art. 11 - Compete ao 2º secretário substituir o 1º em caso de ausência.

SEÇÃO III COMISSÕES

Art. 12 - As Comissões e Grupos de Trabalho possuem caráter essencialmente complementar a atuação do CMS, articulando e integrando os órgãos, instituições e entidades que geram os programas, suas execuções, e os conhecimentos tecnológicos, recolhendo-os, visando a produção de subsídios, propostas e recomendações ao Plenário do CMS de Goiânia.

ÚNICO - em função das suas finalidades, as comissões e Grupos de Trabalho tem como sentinela exclusiva o Plenário do Conselho que lhes encomendou objetivos, planos de trabalho e produtos, e poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar em outras entidades.

Art. 13 - Comissões permanentes, podendo ser intersetoriais, em cumprimento ao disposto no art. 12 e 13 da Lei orgânica da Saúde, lei 8.080/90, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a Saúde, cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do SUS, sendo compostas por no mínimo 03 (três) conselheiros indicados pelo Plenário.

§ I - A critério do Plenário, poderão ser criadas quantas Comissões provisórias e permanentes forem necessárias ao pleno funcionamento do Conselho.

§ II - As Comissões e os Grupos de Trabalho de que trata este caput serão constituídas pelo CMS contando cada

membro com respectivo suplente, que o substituirá nos seus impedimentos, ambos aprovados pelo Plenário do CMS de Goiânia.

§ III - As comissões e Grupos de Trabalho serão dirigidas por um coordenador eleito pelo Plenário do Conselho que coordenará os trabalhos, com direito a voz e voto, sendo que, no caso das comissões permanentes, obrigadas em lei, a coordenação será exercida por um conselheiro aprovado pelo Plenário.

§ IV - As comissões não coordenadas por um conselheiro, deverão ter suas atividades acompanhadas por um conselheiro especialmente aprovado para integrá-las.

§ V - Nenhum conselheiro poderá participar simultaneamente de mais de duas comissões permanentes.

§ VI - Será substituído o membro da comissão ou grupo de trabalho que faltar, sem justificativa apresentada até 48 horas após a reunião, a duas reuniões consecutivas ou quatro intercaladas no período de um ano. A Secretaria Executiva comunicará ao CMS para providenciar sua substituição.

§ VII - A constituição e funcionamento de cada comissão e grupo de trabalho serão estabelecidos em resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente sua natureza.

Art. 14 - Aos coordenadores das comissões e Grupos de Trabalho incumbe:

- I - Coordenar os trabalhos;
- II - Designar secretário "ad hoc" para cada reunião;
- III - Apresentar relatório a Secretaria Executiva, sobre matéria submetida a estudo;

IV - Assinar as atas das reuniões e as recomendações elaboradas pela comissão ou grupo de trabalho, encaminhando-as ao Plenário do CMS de Goiânia.

Art. 15 - Aos membros das comissões ou Grupos de Trabalho incumbe:

- I - Realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas;
- II - Requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria;

III - Elaborar documentos que subsidiem as decisões da comissão;

IV - Solicitar visitas ou votar em assuntos apreciados por outros membros.

Art. 16 - Grupos de Trabalho. Os Grupos de Trabalho, instituídos pelo Plenário do CMS, tem a finalidade de fornecer subsídios de ordem técnica, administrativa, econômico-financeira e jurídica com prazo determinado de funcionamento, devendo ser composto por no mínimo 3

(três) membros, que não necessitam obrigatoriamente ser conselheiros.

CAPÍTULO IV COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

COMPOSIÇÃO

Art. 17 - O Conselho Municipal de Saúde, Órgão Colegiado, compõe-se de representantes do Governo, Prestadores de Serviços, Profissionais de Saúde e Usuários.

§ 1º - A composição do Conselho Municipal de Saúde será paritária, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Saúde, respeitando a proporcionalidade de 50% para usuários da Saúde, 25% para trabalhadores da Saúde e 25% para representantes do Governo e Prestadores de Serviço.

§ 2º - Outras entidades representativas da população poderão ser convidadas a participar do CMS somente com direito a voz.

§ 3º - Os órgãos e entidades referidas neste artigo, poderão a qualquer tempo, propor a substituição dos seus respectivos representantes.

§ 4º - Perderá a vaga a entidade que não se fizer representar por titular ou suplente em três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante um ano.

§ 5º - A Mesa Diretora apresentará ao Plenário para apreciação, outra entidade em substituição e continuação da paridade estabelecida em lei.

§ 6º - As justificativas de ausências deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva do CMS de Goiânia até 48 (quarenta e oito) horas úteis após a reunião.

Art. 18 - O mandato dos conselheiro eleitos durante a Conferência Municipal de Saúde, terá duração de 02 (dois) anos e o exercício da função não será remunerado considerando-se como serviço público relevante.

FUNCIONAMENTO

Art. 19 - O CMS reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por decisão do Plenário.

§ 1º - A reunião ordinária dar-se-á na última Quarta-feira de cada mês, em primeira convocação às 8:30 horas, com quorum de 50% mais 1, em Segunda convocação às 8:45 horas, com 30% de seus membros, e em terceira e última convocação às 9:00 horas com qualquer número de conselheiros, respeitando o teto máximo de duração em 3:00 horas.

§ 2º - Cada conselheiro tem direito de voz e voto.

Art. 20 - A pauta da reunião ordinária constará de:

a) Apreciação e aprovação de ata anterior;

b) Expediente constando de informes;

c) Ordem do dia com os temas definidos e preparados, sendo obrigatório um tema da agenda básica anual;

d) Deliberações;

e) Definição da pauta seguinte;

f) Encerramento.

§ 1º - Os informes não comportam discussão e votação e deverão ser inscritos na Secretaria Executiva 30 (trinta minutos) antes do início da reunião.

§ 2º - Serão destinados 15 (quinze) minutos improrrogáveis para apresentação dos informes. Necessitando de deliberação o assunto passará a constar da ordem do dia ou pautado para reunião seguinte, sempre a critério do Plenário.

§ 3º - É obrigatória a preparação pela Secretaria Executiva de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para a deliberação, a serem distribuídos pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que, salvo a critério do Plenário, não poderá ser votado.

§ 4º - A definição da ordem do dia, sem prejuízo no disposto do § 3º, a Secretaria Executiva procederá a seleção dos temas obedecendo os critérios:

a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais).

b) Relevância (inserção nas prioridades definidas);

c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil) e

d) Procedência (ordem da entrada da solicitação).

Art. 21 - As deliberações do CMS, observado o quorum estabelecido no parágrafo 1º do Art. 19, serão tomados pela maioria simples de seus membros, mediante:

a) RESOLUÇÕES homologadas, pelo gestor municipal de Saúde, sempre que se reportarem às responsabilidades legais do CMS.

b) RECOMENDAÇÕES sobre o tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta providência.

c) MOÇÕES que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou repúdio.

§ 1º - As deliberações serão identificadas pelo seu tipo e enumeradas correlativamente.

§ 2º - A vigência das resoluções só ocorrerá após a sua publicação.

§ 3º - Cabe ao gestor a opção de não homologação, devolvendo a decisão ao Plenário com parecer ou proposta alternativa, dentro de 15 (quinze) dias do seu encaminhamento.

§ 4º - Analisadas e/ou revistas as re-

soluções, no seu texto final será, novamente encaminhado para homologação e publicação devendo ser observado o prazo previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Art. 22 - As reuniões do CMS, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:

I - As matérias pautadas, após o processo de exame prévio preparatório serão apresentadas, preferentemente por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguido-se a discussão e, quando for o caso a deliberação.

II - Qualquer momento poderá ser pedido vistas, devendo o assunto retomar impreterivelmente, em reunião ordinária seguinte para apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de um conselheiro. O conselheiro que pediu vistas será o relator, no caso de mais de um conselheiro pedir vistas, haverá tantos relatores quanto os pedidos de vista.

III - A questão de ordem é direito exclusivo do cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, reconhecida a autoridade da Mesa Diretora, após consulta ao Regimento Interno para decidir.

IV - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, é excluída a votação secreta.

V - a recontagem dos votos é realizada quando a Mesa julgar necessário ou quando solicitada por mais de um conselheiro.

Art. 23 - As reuniões do Plenário devem ser registradas em atas e estas devem constar:

a) Relação nominal dos participantes seguida de sua titularidade;

b) Resumo de informe, onde conste o nome do conselheiro e o assunto apresentado;

c) Relação dos temas abordados, na ordem do dia, como indicação do(s) responsável(is) pela apresentação ou observação quando expressamente solicitado;

d) As deliberações tomadas inclusive a aprovação da ata anterior aos temas a serem incluídos na pauta seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções;

§ 1º - A Secretaria Executiva providenciará a remessa de cópia da ata para cada conselheiro com antecedência de uma semana antes de sua apreciação.

§ 2º - As emendas e correções da ata deverá ser entregue na Secretaria Executiva até o início da reunião que a apreciará.

CAPÍTULO V ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 24 - A Secretaria Municipal de Saúde dotará de infra-estrutura física, re-

curso humano, financeiro e material à Secretaria Administrativa para o pleno funcionamento do CMS.

Art. 25 - A Secretaria Executiva é um órgão subordinado ao Plenário do CMS, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico, administrativo e suas comissões, Grupos de Trabalho fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais deste Regimento.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva de que trata este artigo terá a seguinte composição:

1 Coordenador da Secretaria Executiva
Digitadores

Auxiliares administrativos

Assessorias técnicas, jurídicas, contábil e comunicação

E outros conforme necessidades administrativas.

Art. 26 - São atribuições da Secretaria Executiva:

I - Preparar, antecipadamente as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de relatórios, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - Acompanhar as reuniões do Plenário do Conselho, assistir a Mesa Diretora, anotar os pontos mais relevantes, visando a checagem da redação final da ata;

III - Dar encaminhamento as conclusões do Plenário, inclusive revendo a cada dois meses a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV - Acompanhar e apoiar os trabalhos das comissões inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de relatórios e pareceres ao Plenário;

V - Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e estratégias produzidas nos Plenários;

VI - Acompanhar, supervisionar, a execução dos convênios do CMS;

VII - Ter atualizado informações sobre estrutura e funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde;

VIII - Acompanhar o encaminhamento dado às resoluções, recomendações e moções emanadas do Plenário.

Art. 27 - São atribuições do(a) coordenador(a) da Secretaria Executiva:

I - Promover e praticar todos os atos de gestão administrativa necessário ao desempenho das atividades do CMS e suas comissões, pertinentes a orçamento, finanças, serviços gerais e pessoal;

II - Supervisionar orientar e dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III - Instalar comissões e grupos de trabalho;

IV - Participar da Mesa, assessorando o presidente e o coordenador geral;

V - Despachar com a Mesa Diretora do CMS os assuntos pertinentes ao Conselho;

VI - Articular-se com os coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho

para fiel desempenho das suas atividades em cumprimento das deliberações do CMS e promover o apoio necessário às mesmas;

VII - Manter entendimentos com dirigentes dos demais órgãos da Secretaria de Saúde e de outros do poder público e da sociedade civil organizada no interesse dos assuntos afins;

VIII - Submeter à Mesa Diretora e ao Plenário relatório das atividades do CMS do ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano;

IX - Acompanhar e agilizar as publicações das resoluções do Plenário;

X - Convocar as reuniões do CMS e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, de acordo com os critérios definidos neste Regimento;

XI - Exercer outras atribuições que lhes sejam delegadas pela Mesa Diretora, assim como pelo Plenário;

XII - Delegar competências;

XIII - A Mesa Diretora poderá propor ao Plenário a substituição de qualquer componente da Secretaria Executiva, incluindo o coordenador da mesma, no caso do descumprimento do presente Regimento ou de inoperância de suas funções;

XIV - Encaminhar ao Plenário propostas de convênio de cooperação técnica visando a implementação e enriquecimento das atribuições da Secretaria Executiva, incluindo personalização dos trabalhos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O CMS poderá organizar mesas redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, a subsidiar o exercício das competências, tendo como relator um ou mais conselheiros por ele designado(s).

Art. 29 - As Comissões e Grupos de Trabalhos poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgãos federal, estadual ou municipal, empresas privadas, sindicatos ou entidades civis, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário.

Art. 30 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, só podendo ser modificado por quorum qualificado de 50% mais 1 dos membros do CMS.

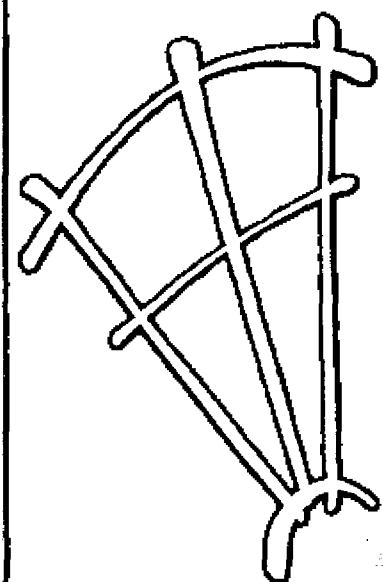
Art. 31 - As eventuais divergências ou conflitos com atos infra-legais em vigor, na data da aprovação deste Regimento, terão sua validade condicionada às respectivas alterações nos atos, devendo sua viabilização ser da competência da Mesa Diretora.

Art. 32 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Aprovado pelo CMS em:

10 e 17/05/2000

Homologado pelo Gestor municipal em:
04/07/2000



GOVERNO DA CIDADE DE GOIÂNIA

Conheça

melhor

o

seu

município